

Governo do PR deverá pagar multa de R\$ 300 mil por violar direitos de adolescentes

Centro de Socioeducação de Curitiba estava proibido de manter jovens já sentenciados, mas continuou a receber adolescentes

Diego Ribeiro

● O governo do Paraná será multado em mais de R\$ 300 mil pelo Ministério Público do Paraná (MP) por não cumprir decisão liminar da Justiça que tentava coibir violações de direitos de adolescentes internados no Centro de Socioeducação de Curitiba. Desde o dia 23 de outubro, por ordem da juíza substituta Juliane Velloso Stankeve, da Vara dos Adolescentes em Conflito com a Lei, a unidade estava proibida de manter jovens já sentenciados. A maior parte das vagas do Centro é para permanência provisória. A determinação também proibia a unidade de manter mais de um no mesmo cômodo e barrava a entrada de adolescentes que não eram da Região Metropolitana de Curitiba.

O estado conseguiu realizar algumas transferências na terça-feira (1) para aliviar o espaço. Para o MP, porém, a medida atrasada significa apenas cumprimento parcial da determinação judicial.

A decisão da magistrada foi uma resposta à ação civil pública proposta pela promotora Danielle Cavalli Tuoto, da 1.ª Promotoria de Adolescente em Conflito com a Lei de Curitiba. Ela visita a unidade, como parte do trabalho de fiscalização do MP, desde 2012. Recentemente, a promotora solicitou à área de execução do MP para que seja realizada a soma do número de dias em que o estado está ignorando a determinação judicial, para poder concluir qual o valor a ser cobrado. A estimativa da promotora é de que já tenha passado dos R\$ 300 mil.

“Por incontáveis vezes a unidade se encontrava com superlotação de adolescentes, notadamente em razão da inércia do Estado do Paraná em realizar a transferência dos adolescentes já sentenciados e que, equivocadamente, ilegalmente, permanecem na unidade por tempo descabido”, escreveu a promotora na ação.

OUTROLADO

Há vagas sobrando, diz Secretaria da Justiça

● A Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania (Seju), pasta responsável pelo sistema de socioeducação do Paraná, afirmou, por meio de nota, que hoje o Centro de Socioeducação possui capacidade para 100 adolescentes, mas abriga 80. Sobre as proibições determinadas pela Justiça, a pasta ressaltou que está atendendo apenas a adolescentes da região metropolitana, conforme o próprio MP recomendou. Além disso, menciona que o número máximo de adolescentes oriundos de outras regiões do estado foi de 22% em janeiro. “Em outubro, quando foi proposta a Ação Civil Pública, contabilizou-se 4%, o que também integrou a política da Secretaria para regionalização das vagas, buscando manter o adolescente mais próximo da família”, ressaltou a nota. Segundo a Seju, a lei que regulamenta o sistema de socioeducativo permite a inserção de adolescentes de outras regiões quando não for possível mantê-los em local próximo à família e o ato infracional tiver sido cometido com violência.

Cunha desmoraliza o impeachment

**Cunha nunca
esteve muito
interessado nas
considerações
técnicas em
favor do
impeachment**

Quando um presidente da Câmara pego na mentira e que está à beira de um processo de cassação por quebra de decoro parlamentar afirma que vai, finalmente, aceitar um dos vários processos de impeachment de Dilma Rousseff após ter jogado com eles por meses, que outra conclusão podemos tomar senão a de que estamos diante do mais bisonho episódio da vida política brasileira? Quando Brasília vira uma mistura de novela mexicana e máfia italiana, com suas tramas movidas a crimes, paixões e vingança, que esperança um brasileiro pode colocar em sua classe política?

Não que o impeachment não seja necessário. Já afirmamos, neste espaço, que há razões mais que suficientes para o impedimento de Dilma. Há crimes de responsabilidade concretos, e não apenas mera incompetência (que, por mais grave que seja, nem seria causa de impeachment). Cunha, num modelo “morde e assopra”, até afirmou ter rejeitado diversos pedidos apresentados à Câmara antes de aceitar a peça assinada por Miguel Reale Jr., Hélio Bicudo e Janaina Paschoal, reescrita para contemplar as “pedaladas” cometidas por Dilma em 2015. Na verdade, mesmo o pedido que se baseava apenas nas irregularidades de 2014 — analisadas pelo Tribunal de Contas da União, que emitiu parecer recomendando ao Congresso

que rejeitasse as contas — já deveria ter sido aceito; não compartilhamos da tese de que o início de um segundo mandato livra o governante de responder por crimes de responsabilidade cometidos no primeiro mandato.

Mas Cunha nunca esteve muito interessado nas considerações técnicas em favor do impeachment; para ele, deixar a espada pendendo sobre a cabeça de Dilma era conveniente apenas para preservar seu próprio mandato, ameaçado pela Lava Jato e pela representação no Conselho de Ética que pede a sua cassação. Ou alguém crê nas palavras de Cunha quando ele diz que sua decisão não foi movida por interesse pessoal? Justo quando o PT anuncia que seus deputados no Conselho de Ética, considerados decisivos no xadrez da cassação, votariam contra Cunha?

O presidente da Câmara, assim, desmoraliza totalmente uma aspiração legítima e bem fundamentada, manchando-a com suas estratégias chantagistas e pelo desejo pessoal de vingança contra um partido que resolveu deixá-lo na mão. É possível recuperar essa legitimidade? Sim, ainda mais considerando que movimentos como esse podem tomar uma dinâmica própria à medida que se desenrolam — e, se isso ocorrer, oxalá seja sem a presença de Cunha. Mas a situação atual não dá muita esperança.

CONTINUA

03 DEZ 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Se já causava nojo o “acordão” costurado por Lula, Rui Falcão, Cunha e Renan Calheiros e que durou por alguns meses, causa nojo igual perceber, neste episódio do impeachment, que a política brasileira, para o bem (se houver algum) e para o mal, se move não pelo interesse do país, mas pelo instinto de autopreservação, em que políticos se comportam mais como animais de documentário, deses que percorrem as savanas à procura de uma presa ou fugindo dos predadores.

A essa altura, discutir se foi o PT quem queimou os navios ao anunciar que votaria contra Cunha ou se foi Cunha quem acabou com o namoro ao aceitar um pedido de impeachment é recordar aquelas brigas infantis entre irmãos. E, se formos pensar bem, Cunha, Lula, Falcão, Dilma, Calheiros poderiam muito bem formar uma família: cada um à sua maneira, eles se irmanam na chantagem, na política rasteira, no fisiologismo, na incompetência, no desapareço às instituições, na falta de escrúpulo em afundar o país na lama.

03 DEZ 2015

GAZETA DO POVO

Cunha aceita pedido de impeachment

Presidente da Câmara acolhe ação pela saída de Dilma após petistas do Conselho de Ética da Câmara decidirem votar pela abertura de cassação do peemedebista

BRASÍLIA

Catarina Scortecchi

Correspondente

● Acuado no Conselho de Ética da Câmara Federal, que discute a cassação do seu mandato, o presidente da Casa, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), acolheu na quarta-feira (2) um pedido de abertura de processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff (PT). A acusação é de crime de responsabilidade, devido à edição de decretos para compensar o descumprimento da

lei orçamentária em vigor. O pedido acolhido havia sido formulado pelos juristas Hélio Bicudo e Miguel Reale Junior e a advogada Janaina Paschoal, em 14 de outubro. Cunha já assinou a criação da comissão especial que vai conduzir o processo. A decisão será publicada hoje.

Com apoio de boa parte da oposição, a deflagração de um processo contra Dilma era uma possibilidade há meses ventilada por Cunha, que chegou à presidência da Câmara em fevereiro. O tema voltou à tona em outubro, quando Cunha se tornou alvo de uma representação por quebra de decoro no Conselho de Ética da Câmara.

A decisão ocorreu horas depois de os três petistas do Conselho de Ética declararem que iriam votar pela admissibilidade do processo de cassação do peemedebista. Apesar da coincidência, Cunha negou se tratar de uma vingança. Ele reforçou que, dos 34 pedidos que recebeu de cassação do mandato de Dilma, rejeitou a maioria — dois nem foram analisados.

“Alguns rejeitei por erros formais, outros porque se referiam a atos do mandato anterior da presidente Dilma”, justificou Cunha, que, em sua conta no Twitter, disse estar “atendendo ao pedido das ruas” para acolher o pedido.

O deputado disse que estava disposto a assinar o ato na segunda-feira (30). Adiou em função do rescaldo do noticiário, que ligava seu

nome a um suposto recebimento de propina do BTG Pactual. “Havia um constrangimento.” Evitou a terça-feira para “não misturar a questão do impeachment com a reunião do Conselho de Ética”, na qual estava prevista a discussão sobre seu caso, relativo às contas bancárias não declaradas na Suíça.

A reunião do Conselho foi retomada ontem, mas durou apenas 30 minutos. Como a ordem do dia no plenário já havia começado, os membros do Conselho ficaram regimentalmente impedidos de tomar qualquer deliberação. O caso de Cunha foi adiado para a próxima terça-feira (8). “Não o faço por motivação de natureza política. O embasamento disso é exclusivamente de natureza técnica. Entre todos os pareceres que chegaram até mim, não consegui encontrar nenhum que conseguisse desmontar a tese que está sendo aceita hoje”, argumentou.

Argumento é violação da lei orçamentária

BRASÍLIA

Estadão Conteúdo

● Na decisão em que admitiu a abertura do processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff, Eduardo Cunha afirmou haver indícios suficientes de que a petista teve “participação direta” na

edição de seis decretos neste ano de abertura de créditos suplementares, no valor de R\$ 2,5 bilhões, em desacordo com a lei orçamentária.

Cunha argumentou que a conduta de Dilma importa “em tese” em crime de responsabilidade. Segundo Cunha, a abertura de créditos suple-

mentares estava condicionada ao alcance da meta de resultado primário estabelecida em 2014 para 2015, que não foi cumprida. Cunha citou ainda que a revisão da meta fiscal, aprovada pelo Congresso na quarta-feira (2), é outro argumento para aceitar o pedido. Segundo ele, mesmo com a aprovação, o crime não teria sido alterado. Cunha se vale ainda de um terceiro argumento: as pedaladas fiscais continuariam em 2015.

Os argumentos de Cunha, em tese, não ferem a determinação constitucional de que presidentes só podem responder a processo de impeachment por crimes cometidos no mandato que exercem — que, no caso de Dilma, começou em 2015.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

03 DEZ 2015

“O momento político atual é notoriamente grave. Nunca, na história da República, houve tantos pedidos de impeachment.”

“Não se pode permitir a abertura de um processo tão grave com base em mera suposição de que a presidente da República tenha sido conivente com atos de corrupção.”

“Entendo que a denúncia oferecida atende aos requisitos mínimos necessários, eis que indicou ao menos seis decretos assinados pela denunciada [Dilma] no exercício financeiro de 2015.”

“[A aprovação da nova meta fiscal] não retira a tipicidade hipotética da conduta da denunciada nesse particular, já que os créditos orçamentários eram irregulares à época em que os seis decretos não numerados apontados pelos denunciantes foram por ela assinados.”

“Não há dúvida de que o recebimento da denúncia pode acarretar graves danos institucionais, mas é certo também que as instituições brasileiras são sólidas.”

CONTINUA

Joana Neitsch

CONTINUAÇÃO

REPERCUSSÃO

André Rodrigues/Gazeta do Povo



“Se o povo estiver na rua, como aconteceu com Collor, nenhum parlamentar vai querer estar relacionado a isso em uma futura eleição.”

Ives Gandra Martins.

PAIXÃO



ENTREVISTA

Ives Gandra Martins, jurista

“O problema passou a ser político”

O jurista Ives Gandra Martins elaborou o primeiro parecer favorável ao impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT), em janeiro. O parecer foi citado em diversos pedidos de impeachment, inclusive no que foi elaborado pelo também jurista Helio Bicudo. Gandra Martins conversou rapidamente por telefone com a reportagem logo após o anúncio do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, de que aceitou o pedido de impeachment da presidente.

O que significa a autorização?

Tenho a impressão de que é aquilo que o povo estava querendo, com toda essa situação econômica, corrupção, elementos do governo preso. O Brasil se sente ingovernável. A credibilidade da presidência está reduzida a expressão quase nenhuma. Os argumentos são bons: omissão, imperícia, corrupção. Mas agora o problema deixou de ser jurídico e passou a ser político.

Qual é a situação do governo? Dilma tem chances de manter no poder?

Ela precisa conseguir apoio no Congresso. Se o povo não estiver na rua, é evidente que ela consegue. Mas se o povo estiver na rua, como aconteceu com Collor, nenhum parlamentar vai querer estar relacionado a isso em uma futura eleição.

03 DEZ 2015

GAZETA DO POVO

BESSA

- O desembargador Paulo Roberto Hapner foi eleito novo presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná na eleição realizada terça-feira, tendo como vice o professor Ernani Straube, que lhe passou o cargo.

03 DEZ 2015

GAZETA DO POVO

LAVAJATO

Executivos da Galvão Engenharia são condenados por Moro

● O juiz federal Sergio Moro condenou na quarta-feira (2) três executivos da Galvão Engenharia em um dos processos da Operação Lava Jato, juntamente com o doleiro Alberto Youssef e o ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa. A maior pena foi para o presidente do grupo, Dario de Queiroz Galvão Filho, condenado a 13,2 anos de prisão.

03 DEZ 2015

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Publicano solto

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, concedeu habeas corpus ao advogado André Luís Aquino de Arruda, preso por envolvimento na terceira fase da Operação Publicano, que apura a atuação de um superorganização criminosa na Receita Estadual de Londrina, com ramificações pela alta cúpula, em Curitiba. Arruda estava preso desde 8 de outubro na sede do Corpo de Bombeiros, em razão de ser advogado. Mendes já havia concedido HC a outros réus da Publicano 3: o auditor José Luiz Favoreto Pereira, seu irmão Antonio Pereira Júnior e sua cunhada Leila Pereira.

Liberdade negada

Para outros dois – o casal Sarquis e Marílucia Sâmara, o ministro negou liberdade. Ele está preso no Complexo Médico Penal, em Curitiba, e ela segue foragida. Para pôr Arruda em liberdade, o juiz da 3ª Vara Criminal, Juliano Nanuncio, impôs medidas alternativas, como não ausentar-se da comarca ou mudar de endereço sem prévia comunicação ao juízo; comparecimento mensal para informar e justificar suas atividades; proibição de manter contato com os outros acusados; e entrega do passaporte em cartório.

Cúpula da Galvão Engenharia é condenada na Lava Jato

O juiz federal Sérgio Moro, que conduz as ações da Operação Lava Jato, condenou à prisão os executivos Dario de Queiroz Galvão Filho, Erton Medeiros Fonseca e Jean Alberto Luscher Castro, ligados a empreiteira Galvão Engenharia, por corrupção, lavagem de dinheiro e associação criminosa. O magistrado impôs treze anos e dois meses a Dario de Queiroz Galvão Filho, doze anos e cinco meses a Erton Medeiros Fonseca e onze anos e oito meses de reclusão a Jean Alberto Luscher Castro. Dois delatores do esquema de corrupção instalado na Petrobras entre 2004 e 2014 também foram condenados, mas terão as penas ajustadas de acordo com as condições previstas nos termos de colaboração: o ex-diretor de Abastecimento da estatal Paulo Roberto Costa pegou cinco anos e cinco meses de reclusão, por corrupção, e o doleiro Alberto Youssef, por corrupção e lavagem de dinheiro, treze anos e oito meses. O juiz impôs também uma indenização superior a R\$ 5 milhões aos acusados.

03 DEZ 2015

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Recomposição orçamentária

A Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPPR) encaminhou ontem à Assembleia Legislativa (AL) a proposta orçamentária para o exercício 2016, cujo montante chega a R\$ 140 milhões; com o desconto do Pasep, de 1%, o valor deve ficar em R\$ 138,6 milhões. O ofício, entregue aos deputados, cumpre a decisão proferida em medida cautelar pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em resposta à Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) n.º 5381, ajuizada pela Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep), que alega que a Defensoria não participou da discussão sobre seu limite orçamentário. Na decisão, o ministro Barroso afirma que o artigo 134 da Constituição assegura autonomia funcional e administrativa à Defensoria, além da prerrogativa de propor seu próprio orçamento. Até então, o orçamento da DPPR proposto pelo governo do Paraná para 2016 era de cerca de R\$ 45 milhões. Com isso, o Executivo estadual terá de refazer a Lei Orçamentária e enviar novo texto ao Legislativo.

MP quer repor defasagem salarial

No mesmo dia em que a Assembleia Legislativa (AL) aprovou, em segunda discussão, o projeto que prevê o pagamento de auxílio-creche para servidores com filhos com até 6 anos de idade, o Ministério Público do Paraná encaminhou um anteprojeto de lei para “reparar uma defasagem salarial” do quadro de pessoal do órgão. A proposta prevê a alteração da data de início dos efeitos financeiros da lei nº 15.914 de 28 de julho de 2008 e da lei nº 12 de julho de 2011, que dispõem sobre a revisão anual dos vencimentos dos servidores. Segundo o órgão, o impacto financeiro da proposta totaliza R\$ 15,7 milhões, correspondendo a um acréscimo de 2,32% na folha de pagamento da instituição prevista para o próximo exercício, tendo a “referida despesa” incluída na Proposta Orçamentária do Ministério Público para o ano de 2016.

03 DEZ 2015

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

Bruxas

O caso controvertido das bruxarias em Guaratuba ainda tramita na Justiça: o STF negou o pedido de habeas corpus de Beatriz Abage. Muita gente quis surfar politicamente em cima da ocorrência com Anibal Curi defendendo os familiares do prefeito Aldo Abage e o secretário de Segurança, José Moacir Favetti, delegado da Polícia Federal, carregando o máximo contra os acusados de rituais satânicos. Isso teve o condão de dividir a polícia nas investigações. E num momento emocional, Favetti chegou a declarar, e isso publicamente, que se soltassem os indiciados ele os entregaria ao público. O que dá bem a ideia da cisão havida na área de segurança e o clima estabelecido no governo Requião. Favetti era um dos homens de ouro da PF e no governo Requião ainda esteve nas operações de Campo Bonito onde o MST matou três PMs descaracterizados e a corporação revidou com a execração e morte do Teixeira, líder sem-terra, fato que levou a Organização de Direitos Humanos da OEA condenar o Brasil.

Papo repetido e furado

Também o deputado Bernardo Ribas Carli, que teve o mandato cassado em 2011 por suspeita de caixa dois, está às voltas de novo com o TRE, após ter revertido provisoriamente a primeira denúncia. Seu argumento-chave é o mesmo de todos os envolvidos na Lava Jato: suas contas foram aprovadas. Situação que se repete com o governador paranaense apontado como beneficiário de recursos drenados de uma gangue fiscal que lhe teria transferido mais de R\$ 4 milhões para a campanha da sua reeleição e, segundo a delação premiada, fruto de uma coordenação de agências em vários pontos do Paraná, o que configuraria "organização criminoso".

Por que só o PT é alvo dominante de cautelas do gênero e o PSDB sempre tem um meio de protelar, como o caso de Eduardo Azeredo, lançador do mensalão até hoje livre, e que tramita na primeira instância, o que não confere maior rapidez ao processo? É de perguntar-se em função inclusive da questão, sempre travada, dos trens e metrô de São Paulo e que atingem alguns dos cardeais do tucanato e seus estafes se o processo é seletivo.

Quanto ao argumento de que as contas foram aprovadas pelo TRE e TSE, urge clarear que se a origem do dinheiro for delituosa, como se sugere, o processo tem que ser restabelecido porque a ordem jurídica foi violada. No caso de Bernardo Ribas Carli, ele foi cassado, mas uma liminar do TSE o livrou enquanto o mérito do caso não é julgado. Agora, há o repique com a denúncia de novos delitos caracterizando a compra do voto (pagamento de contas, cestas básicas, dinheiro em espécie) e que embasam o novo inquérito. Se ambos os casos forem comprovados, estará ainda colocada a questão da reincidência específica e genérica.

03 DEZ 2015

FOLHA DE LONDRINA

Justiça confirma indícios de prática de magia negra

Vitor Ogawa

Reportagem Local

Apucarana - A Justiça confirmou que há indícios de abuso sexual e prática de magia negra em caso de menina de 8 anos que foi submetida a uma cirurgia para retirar cabelos, esponja, agulhas e fitas de seu intestino em agosto deste ano, em Apucarana. A principal suspeita recai sobre os pais da criança, que foram presos preventivamente pela Polícia Civil na semana passada na cidade. Segundo o superintendente da 17ª Subdivisão Policial (SDP) de Apucarana, Cláudio Dias da Silva, a garota relatou em depoimento que seus pais faziam sexo na sua frente. Quando iniciou o inquérito, o delegado-chefe da 17ª SDP, José Aparecido Jacovós, declarou que os pais possivelmente possuíam problemas psicológicos.

O advogado do casal Luiz Fernando Vilasboas está analisando o pedido de prisão para definir qual peça libertatória é a mais adequada. Ele destacou que é preciso saber do que eles es-

tão sendo acusados para garantir a ampla defesa.

O inquérito sobre a realização de um possível ritual de magia negra foi aberto depois que a vítima foi hospitalizada com fortes dores no Hospital da Providência. Na época, os pais refutaram qualquer envolvimento ou participação em supostos rituais de magia negra. Na sequência foram realizados vários exames, cujos resultados foram encaminhados à Vara de Família e Sucessões, Infância e Juventude de Apucarana e o exame de corpo de delito teria apontado indícios de que a menina sofreu abuso sexual.

A juíza Carolina Carrijo chegou a expedir uma ordem protetiva impedindo que seus pais entrassem em contato com a criança enquanto a investigação estava sendo realizada e a jovem foi encaminhada para o Lar Sagrada Família.

Além da menina de 8 anos, o casal possui outros três filhos com 9, 13 e 17 anos. Segundo Vilasboas, eles estão sendo amparados por pastores da igreja que frequentam.

03 DEZ 2015

FOLHA DE LONDRINA

Enfim, o impeachment

Atrégua entre o Palácio do Planalto e a presidência da Câmara dos Deputados parece ter chegado ao fim. Em um jogo de “toma lá dá cá”, conveniente para ambos os envolvidos, e que durou meses, ontem o presidente da Casa Eduardo Cunha (PMDB-RJ) deflagrou o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT). Os motivos para a abertura do trâmite contra Dilma são inúmeros, mas Cunha prosseguiu com o seu método: resposta ao posicionamento de deputados petistas a favor do prosseguimento do processo de cassação de seu mandato.

Trata-se de uma forma de pressionar o governo, uma vez que a votação no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados está marcada apenas para terça-feira. Importante lembrar que nenhum dos envolvidos têm qualquer credibilidade. Cunha está diretamente envolvido nas investigações da Operação Lava Jato, enquanto há fortes suspeitas de favorecimento da campanha a reeleição da presidente por desvio de dinheiro da Petrobras. Por enquanto não foram apresentadas provas contundentes.

Nas últimas semanas as discussões dentro do PT em torno do rompimento com Cunha tinham se intensificado. A avaliação era que o desgaste seria maior ao manter a aliança com o presidente da Câmara. No entanto, ao decidir apoiar o processo de cassação do mandato de Cunha, os petistas acabaram por entregar Dilma à própria sorte. A presidente precisa de 171 dos 513 votos na Câmara para barrar o processo de abertura do impeachment, mas não há como negar que a prisão do senador Delcídio do Amaral (PT-MS), a delação premiada do ex-diretor da Petrobras Nestor Cerveró e a crise econômica pesam contra a presidente.

O problema é que essa crise política pode aprofundar ainda mais a recessão econômica. Um processo lento e a guerra institucional entre os poderes é prejudicial para o País. A presidente Dilma perdeu a credibilidade há tempos e a população não pode aceitar uma mandatária que foi beneficiada por um grandioso esquema de corrupção. Assim como um presidente da Câmara na mesma situação.

03 DEZ 2015

FOLHA DE S. PAULO

Cunha retalia PT e aceita ação de impeachment contra Dilma

● EM PRONUNCIAMENTO,
PRESIDENTE REAGE E AFIRMA QUE ESTÁ
'INDIGNADA'; PLENÁRIO DA CÂMARA DEVERÁ
VOTAR O AFASTAMENTO

Horas depois de o PT anunciar que dará apoio para o prosseguimento do processo de cassação de Eduardo Cunha (PMDB-RJ), o presidente da Câmara dos Deputados retaliou, aceitando a análise do pedido de impeachment de Dilma Rousseff (PT) pelo plenário da Casa.

Pelo Twitter, Cunha disse que tomava a decisão de acatar a ação, assinada pelo ex-petista Hélio Bicudo, pelo ex-ministro da Justiça Miguel Reale Jr. e pela advogada Janaína Paschoal "atendendo ao pedido das ruas". "Verás que um filho teu não foge à luta", publicou.

A resposta de Dilma veio rapidamente e foi dura contra Cunha. Em pronunciamento no Palácio do Planalto, acompanhada por 11 de seus ministros, a presidente reagiu dizendo-se "indignada" pelo que chamou de acusações "imprecedentes" contra um governo "democraticamente eleito".

Dilma elencou acusações que pesam contra Cunha no escopo da Operação Lava Jato. Afirmou, por

exemplo, que não tem conta no exterior e que nunca ocultou a existência de bens, alusão às principais acusações contra o peemedebista.

Cunha está ameaçado de cassação por não ter declarado que é beneficiário de trusts na Suíça, que teriam sido abastecidos com dinheiro do petróleo.

Será a primeira análise de um pedido de impeachment desde que o então presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) viu derrubada no plenário iniciativa semelhante, em 1999.

O processo até a votação pelos deputados, em que o Planalto precisa de 171 de 512 votos para derrubar o pedido, demora até cerca de 30 dias. Este prazo só será cumprido se o Congresso Nacional suspender o recesso parlamentar marcado para o dia 23; se não, a decisão será apenas em fevereiro.

CONTINUA

03 DEZ 2015

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

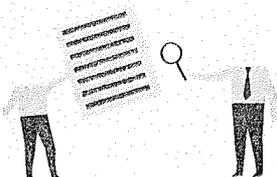
O QUE ACONTECE AGORA

Como deverá ser a tramitação do pedido de impeachment

1

PEDIDO

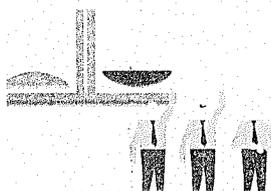
O presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), aceitou nesta quarta (2) pedido apresentado pelos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Jr. e Janaína Paschoal



2

ABERTURA

Agora que foi acolhido na Câmara, uma comissão especial deverá analisá-lo e submetê-lo ao plenário. O processo de impeachment só será aberto se tiver o apoio de pelo menos 342 dos 513 deputados



Prazos de tramitação na Câmara

Nesta quinta (3)	Pedido de impeachment é lido no plenário
Em até 24 horas	Partidos indicam integrantes da comissão especial, que terá entre 17 e 66 membros
Em até 48 horas	Comissão decide quem será relator e quem será presidente
Em até 10 sessões	Dilma apresenta sua defesa
Em até 5 sessões	Comissão elabora parecer pela abertura ou pelo arquivamento do pedido de impeachment
Em até 48 horas	Parecer da comissão vai ao plenário da Câmara

3

Afastamento

Aberto o processo de impeachment, a presidente da República é afastada de suas funções por 180 dias e o vice assume o governo interinamente

4

Julgamento

No Senado, são apresentadas acusação e defesa, sob o comando do presidente do STF. Para condenar a presidente, é necessário o voto de 54 dos 81 senadores

5

Pena

Em caso de condenação, a presidente perde o mandato e pode ficar inelegível por oito anos

6

Novo presidente

Em caso de impeachment, o vice-presidente assume definitivamente o cargo, com a missão de concluir o mandato da presidente afastada



- Sem crise, Dilma. Tá comigo, tá com Deus!

03 DEZ 2015

FOLHA DE S. PAULO

O vício contra o vício

Processo de impeachment se abre em meio à chantagem e às suspeitas em torno de Cunha, mas desfecho do caso poderá tirar país da paralisia

Pelas mãos suspeitíssimas do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), deflagrou-se o processo de impeachment de Dilma Rousseff (PT).

Às voltas com as ameaças que pesam sobre seu próprio mandato, Cunha já deixava claro, nas últimas semanas, o poder de chantagem que estava disposto a exercer. Esperava que o Planalto o apoiasse no Conselho de Ética da Câmara, que parece inclinado, em meio a dúvidas, hesitações e tratativas, a recomendar seu julgamento por quebra do decoro parlamentar.

A pressão sobre os três petistas do conselho se fazia em sentidos opostos. A cúpula da agremiação, buscando alguma sintonia com a opinião pública, recomendava o rompimento com Cunha. O governo, temendo a retaliação que agora se concretiza, fazia esforços para contornar as flagrantes evidências contra o potencial algoz.

Prevaleceu, nesse dilema, a orientação partidária, e poucas horas depois de o PT anunciar que votaria contra o peemedebista no Conselho de Ética chegou-se, com a decisão tomada por Eduardo Cunha, a um doloroso paradoxo.

Em nome dos padrões de seriedade e ética que o petismo tem dado tantas mostras de desprezar, eis que o processo de impeachment de Dilma se inaugura por obra de um político denunciado na Opera-

ção Lava Jato, acusado de corrupção e flagrado em pleno controle de contas bancárias na Suíça — a respeito das quais mentira de forma deslavada na CPI da Petrobras.

Já se disse muitas vezes que a hipocrisia é uma homenagem que o vício presta à virtude. Aqui, rompeu-se por fim a hipocrisia, e é do vício contra o vício que se trata.

Acuada entre o cinismo e a incompetência, entre a chantagem e o esbulho, entre a propina e a pedalada, a virtude parece silenciar-se, depois de ter ido às ruas tantas vezes nos últimos anos — para confundir-se, que seja dito, em meio a um tumulto de grupos que iam dos black blocs criminosos de 2013 aos embrutecidos defensores da ditadura militar de 2015.

Talvez, entretanto, Eduardo Cunha tenha razão em uma das considerações com que acompanhou sua desesperada artilharia. O impasse político em torno do impeachment tem feito mal ao país.

Que se decida de uma vez, renovando a legitimidade da presidente Dilma Rousseff, ou negando-a em favor de uma solução pacífica, institucional e democrática — por traumática que possa ser.

A presidente Dilma reagiu, em pronunciamento curto, mas contundente, ao novo lance da crise. Seus argumentos, bem como os de quem pede o afastamento da presidente, haverão de ser debatidos pelos políticos e pela sociedade com mais vagar.

O processo que ora se abre dará ocasião a que todos examinem, com paixão, mas também com razão e prudência, os motivos concretos em torno do impeachment.

03 DEZ 2015

FOLHA DE S. PAULO

Cúpula da Galvão Engenharia é condenada por corrupção

Juiz Sergio Moro condenou executivos da empreiteira pelos crimes de corrupção, lavagem e associação criminosa

ESTELITA HASS CARAZZAI
DE CURITIBA

A cúpula da empreiteira Galvão Engenharia foi condenada nesta quarta (2) pelos crimes de corrupção, lavagem de dinheiro e associação criminosa em obras da Petrobras. A sentença é do juiz Sergio Moro, titular da Lava Jato.

“A empreiteira obteve os contratos com a Petrobras por crimes de cartel e de ajuste fraudulento de licitação e destinou um percentual dos valores obtidos [...] para pagar a propina”, escreveu Moro.

Coube ao diretor e acionista do grupo, Dario de Queiroz Galvão Filho, a maior pena: 13 anos e 2 meses de prisão.

“Passaram por ele as decisões acerca da realização ou não dos pagamentos de propinas”, disse Moro. Hoje, Dario cumpre prisão domiciliar com tornozeleira. Erton Medeiros Fonseca, ex-presidente industrial, pegou 12 anos e 5 meses. O executivo Jean Alberto Castro, 11 anos e 8 meses.

Dario e Erton já estão em prisão domiciliar. Todos devem começar a cumprir pena no regime fechado e deverão pagar indenização de R\$ 5,5 milhões à Petrobras. Mas podem recorrer em liberdade.

O executivo Eduardo de Queiroz Galvão foi absolvido de todas as imputações.

Também foram condenados na ação o doleiro Alberto Youssef e o ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa.

Segundo o Ministério Público, o esquema teria movimentado cerca de R\$ 50 milhões em propina, pagos em diversas obras da estatal.

Moro afastou a tese da defesa de extorsão: “[Pagamento de propina] era uma prática empresarial da Galvão, e não uma iniciativa isolada e episódica [...] Não é possível aceitar que a Galvão Engenharia, poderosa empreiteira, não poderia recusar-se a ceder às exigências indevidas”.

O grupo disse que não concorda com as condenações e que irá recorrer, “com a convicção de que a inocência dos executivos será reconhecida”.

03 DEZ 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

NOVA EXIGÊNCIA

Decisão da Justiça desestimula partos cesárea

AE - São Paulo

A Justiça Federal determinou, ontem, que os planos de saúde paguem honorário médico três vezes maior em casos de parto normal, em comparação com as cesarianas. A decisão acata ação civil públi-

ca movida pelo Ministério Público Federal em São Paulo contra a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), pedindo a implementação de uma série de medidas por parte da agência para tentar reduzir o índice de cesáreas na rede privada do país. Embora a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomende que apenas 15% dos partos sejam cesáreas, 85% dos nascimentos ocorridos na rede particular brasileira são feitos dessa forma. A sentença prevê ainda que a ANS crie indicadores e notas de qualificação para as operadoras de

planos de saúde e hospitais de acordo com as iniciativas dessas empresas, na tentativa de reduzir o número de cesarianas. A agência terá ainda de obrigar operadoras e hospitais a credenciar e possibilitar a atuação de enfermeiros obstétricos e obstetristas no parto ou em seu acompanhamento. De acordo com a decisão, a ANS tem 60 dias para elaborar as resoluções normativas necessárias para a implantação das determinações judiciais. Caso a exigência não seja acatada, a agência será multada em R\$ 10 mil por dia.

DONO DA BOATE KISS DEPÕE

AE - Santa Maria

Durou mais de nove horas o depoimento à Justiça do empresário Elissandro Spohr, o Kiko, um dos réus no processo criminal sobre a tragédia da Boate Kiss, ontem, em Santa Maria, no Rio Grande do Sul. O proprietário da casa noturna afirmou que nunca os órgãos de fiscalização obrigaram o fecha-

mento da boate por problemas de regularização antes do incêndio.

Kiko respondeu às perguntas do juiz, do Ministério Público, dos advogados dos outros réus - Marcelo de Jesus dos Santos e Luciano Augusto Bonilha Leão, músicos da banda Gurizada Fandangueira; e Mauro Hoffmann, o outro proprietário da boate - e do próprio defensor.

Segundo ele, a prefeitura da cidade também possui responsabilidade na tragédia que matou 242 pessoas e feriu outras 630, em janeiro de 2013. "O senhor deveria ter colocado mais gente aqui", disse ao juiz Ulysses Fonseca Louzada, no Salão do Tribunal do Júri de Santa Maria.

Kiko destacou que abriu uma das portas - a de fumantes - e ne-

gou que as demais tenham sido trancadas, impedindo a saída das vítimas. O réu destacou que não tinha conhecimento do tipo de material pirotécnico utilizado pela banda Gurizada Fandangueira, o que deu início ao incêndio. Ele pediu acareação entre ele e o vocalista da banda, que disse que o empresário sabia dos fogos. Kiko também respondeu sobre sua sociedade com Hoffmann, que será ouvido hoje no Foro Central de Porto Alegre. Santos e Leão já prestaram depoimento em Santa Maria. Após os interrogatórios, será aberto prazo para que acusação, assistência de acusação e defesas apresentem por escrito suas alegações finais, último passo antes de o juiz decidir se os réus serão levados a júri popular.

MAIS UM

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF), na última terça-feira, a abertura de mais um inquérito para investigar o senador Delcídio do Amaral (PT-MS), preso na semana passada por tentativa de obstruir as investigações da Lava Jato. Este é o terceiro inquérito contra o parlamentar solicitado pela Procuradoria.

03 DEZ 2015

BEMPARANÁ

Galvão Engenharia

Cúpula de empreiteira é condenada

O juiz federal Sérgio Moro, que conduz as ações da Operação Lava Jato, condenou à prisão os executivos Dario de Queiroz Galvão Filho, Erton Medeiros Fonseca e Jean Alberto Luscher Castro, ligados a empreiteira Galvão Engenharia, por corrupção, lavagem de dinheiro e associação criminosa. O magistrado impôs treze anos e dois meses a Dario de Queiroz Galvão Filho, doze anos e cinco meses a Erton Medeiros Fonseca e onze anos e oito meses de reclusão a Jean Alberto Luscher Castro.

Dois delatores do esquema de corrupção instalado na Petrobras entre 2004 e 2014 também foram condenados, mas terão as penas ajustadas de acordo com as condições previstas nos termos de colaboração: o ex-diretor de Abastecimento da estatal Paulo Roberto Costa pegou cinco anos e cinco meses de reclusão, por corrupção.

02 DEZ 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CPF passa a ser emitido junto com a certidão de nascimento

Em ação inédita no país, foi lançado ontem em São Paulo um novo serviço ao cidadão que permitirá a emissão do Cadastro de Pessoa Física (CPF) no momento em que é feito o registro da certidão de nascimento. Por meio de convênio entre a Receita Federal e a Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado de São Paulo (Arpen-SP), os cartórios vão informar os dados do recém-nascido ou da pessoa a ser registrada pelo sistema online e, imediatamente, o número do CPF será repassado e impresso na certidão sem nenhum custo.

De acordo com Marcelo Barreto, superintendente substituto da Receita Federal em São Paulo, a medida será estendida a todo o país a partir de hoje. Ele lembrou que, atualmente, para ter acesso ao CPF os interessados têm de procurar um dos postos da rede conveniada (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e agências dos Correios) e pagar a taxa de R\$ 7,00. A partir de agora, o serviço passa a ser gratuito, “eliminando discrepâncias e facilitando a vida do cidadão”, disse Barreto.

A medida, conforme o superintendente, é uma demanda antiga da sociedade e, por meio dela, a Receita poderá fazer um cruzamento da base de dados de forma segura, evitando eventuais tentativas de fraudes. “Todos saem ganhando com isso”, afirmou Barreto. Ele informou que, anualmente, são expedidos em São Paulo em torno de 500 mil CPFs.

De acordo com ele, o governo pretende lançar no primeiro semestre do próximo ano a mesma sistemática para o caso de adolescentes que vão tirar o primeiro documento de identificação, o Registro Geral (RG), que é emitido pelas secretarias de Segurança Pública.

A diretora da Arpen, Monete Hipólito Serra, que é registradora civil do Distrito de Jaraguá, na zona noroeste de São Paulo, informou que o novo serviço não causará qualquer impacto na rotina dos 836 cartórios do estado e que os cidadãos continuarão a receber o documento na hora da solicitação.

“Essa medida vai agilizar a emissão para quem pretende, por exemplo, abrir um plano de previdência para o filho que acabou de nascer, em casos de doação de imóvel e inscrições em programas sociais ou ainda no acesso a remédios que são distribuídos de graça na área de saúde”, acrescentou.